



Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Agosto/2022

Concurso Público para o Provimento de Cargos de **Técnico Judiciário** **Área Administrativa**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'D04', Tipo 005

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-005

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Redação a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 7, baseie-se no texto abaixo.

O animal humano, que é parte da natureza e que dela depende, não se resignou a viver para sempre à mercê dos frutos espontâneos da terra. O desafio que desde logo se insinuou foi: como induzir o mundo natural a somar forças e multiplicar o resultado do esforço humano? Como colocá-lo a serviço do homem? O passo decisivo nessa busca foi a descoberta, antes prática que teórica, de que “domina-se a natureza obedecendo-se a ela”. A sagacidade do animal humano soube encontrar nos caminhos do mundo como ele se põe (natura naturans: “a natureza causando a natureza”) as chaves de acesso ao mundo como ele pode ser (natura naturata: “a natureza causada”).

Processos naturais, desde que devidamente sujeitos à observação e direcionamento pela mão do homem, podiam se tornar inigualáveis aliados na luta pelo sustento diário. Em vez de tão somente surpreender e pilhar os seres vivos que a natureza oferece para uso e desfrute imediato, como fazia o caçador-coletor, tratava-se de compreender suas regularidades, acatar sua lógica, identificar e aprimorar suas espécies mais promissoras e, desse modo, cooptá-los em definitivo para a tarefa de potencializar os meios de vida. Se a realidade designada pelo termo civilização não se deixa definir com facilidade, uma coisa é certa: nenhum conceito que deixe de dar o devido peso a essa mudança na relação homem-natureza poderá ser julgado completo. A domesticação sistemática, em larga escala, de plantas e animais deu à humanidade maior segurança alimentar e trouxe extraordinárias conquistas materiais. Mas ela não veio só. O advento da sociedade agropastoril teve como contrapartida direta e necessária uma mudança menos saliente à primeira vista, mas nem por isso de menor monta: a profunda transformação da psicologia temporal do animal humano.

A domesticação da natureza externa exigiu um enorme empenho na domesticação da natureza interna do homem. Pois a prática da agricultura e do pastoreio implicou uma vasta readaptação dos valores, crenças, instituições e formas de vida aos seus métodos e exigências. Entre os acontecimentos da história mundial que modificaram de maneira permanente os hábitos mentais do homem, seria difícil encontrar algum que pudesse rivalizar com o impacto da transição para a sociedade de base agrícola e pastoril em toda a forma como percebemos e lidamos com a dimensão temporal da vida prática.

(GIANNETTI, Eduardo. **O valor do amanhã**. São Paulo: Companhia das Letras, edição digital. Adaptado)

1. Como colocá-lo a serviço do homem? (1º parágrafo)

O pronome sublinhado refere-se a:

- (A) resultado do esforço humano.
- (B) animal humano.
- (C) desafio.
- (D) passo decisivo.
- (E) mundo natural.

2. No contexto, as expressões “a natureza causando a natureza” e “a natureza causada” (1º parágrafo) expressam, respectivamente, ideias de

- (A) confirmação e oposição.
- (B) espaço e tempo.
- (C) identificação e oposição.
- (D) concretude e anseio.
- (E) finalidade e decorrência.

3. Considerando as ideias expostas no texto, constitui um aparente paradoxo o que se encontra em:

- (A) *domina-se a natureza obedecendo-se a ela* (1º parágrafo)
- (B) *que é parte da natureza e que dela depende* (1º parágrafo)
- (C) *a prática da agricultura e do pastoreio implicou uma vasta readaptação dos valores* (3º parágrafo)
- (D) *tratava-se de compreender suas regularidades, acatar sua lógica* (2º parágrafo)
- (E) *A domesticação sistemática, em larga escala, de plantas e animais trouxe extraordinárias conquistas materiais.* (2º parágrafo)

4. De acordo com as ideias do texto, existe relação de causa e consequência, respectivamente, entre:

- (A) O advento da sociedade agropastoril e o ato de surpreender e pilhar os seres vivos que a natureza oferece.
- (B) A profunda transformação da psicologia temporal do animal humano e a domesticação sistemática de plantas e animais.
- (C) O advento da sociedade agropastoril e a profunda transformação da psicologia temporal do animal humano.
- (D) A domesticação sistemática de plantas e animais e o ato de surpreender e pilhar os seres vivos que a natureza oferece.
- (E) O desafio de induzir o mundo natural a multiplicar o resultado do esforço humano e o ato de surpreender e pilhar os seres vivos que a natureza oferece.



5. tratava-se de compreender suas regularidades

O verbo sublinhado acima está flexionado nos mesmos tempo e modo que o verbo sublinhado em:

- (A) A domesticação sistemática, em larga escala, de plantas e animais deu à humanidade maior segurança
- (B) nenhum conceito que deixe de dar o devido peso a essa mudança na relação homem-natureza poderá ser julgado completo.
- (C) Se a realidade designada pelo termo civilização não se deixa definir com facilidade
- (D) podiam se tornar inigualáveis aliados na luta pelo sustento diário.
- (E) nenhum conceito ou definição que deixe de dar o devido peso a essa mudança

6. Está correta e coerente a redação do seguinte comentário:

- (A) Diferencia-se do caçador-coletor, por manifestar inconformismo, os homens ditos civilizados.
- (B) Extraordinárias conquistas materiais acompanharam a domesticação sistemática de plantas e animais.
- (C) Foi insuficiente para o sustento do animal humano, a opção de viver de alimentos no qual se disponibilizava no meio ambiente.
- (D) Impensáveis formas de desenvolvimento adviram do conhecimento agrícola e da pecuária.
- (E) Ainda que fazia parte da natureza, o animal humano, se furtou a depender daquilo que ela espontaneamente provia.

7. As vírgulas isolam um segmento que expressa ideia de condição no seguinte trecho:

- (A) A domesticação sistemática, em larga escala, de plantas e animais
- (B) O passo decisivo nessa busca foi a descoberta, antes prática que teórica, de que
- (C) *tratava-se de compreender suas regularidades, acatar sua lógica, identificar e aprimorar suas espécies mais promissoras*
- (D) *Em vez de tão somente surpreender e pilhar os seres vivos que a natureza oferece para uso e desfrute imediato, como fazia o caçador-coletor, tratava-se de compreender*
- (E) *Processos naturais, desde que devidamente sujeitos à observação e direcionamento pela mão do homem, podiam*

Atenção: Para responder às questões de números 8 a 11, leia a crônica “Braga e Machado” de Carlos Drummond de Andrade.

“Acontece em toda parte, mas no Rio tem um jeito especial de acontecer que me emociona mais.” Assim começa Rubem Braga uma de suas admiráveis crônicas, reunidas no Um pé de milho e o Um pé de milho é para mim a melhor coisa desta semana de que me compete dar contas ao leitor. Portanto, e sem vacilação, lede o Um pé de milho; e lede-o à boa e santa maneira, não solicitando ao autor um exemplar, que o famoso Braga é, como qualquer um de nós, um proletário das letras.

Mas por que disse “cronista”? Grande poeta é o que ele é, e grande contista que, por uma imposição do temperamento, se furta à maçada de escrever contos. Não sei de muitos poemas, em nossa lira de hoje, que se comparem a “Passeio à infância”, “Da praia”, “Choro”, coisas que o Braga displicente foi largando pelos jornais. Por sua vez, “Aula de inglês” e “Eu e Bebu na hora neutra da madrugada” são contos com preguiça de se tornarem contos. Já em “História do caminhão”, a identificação do gênero será mais complexa, pois a composição é atravessada por uma corrente de surrealismo que conduz o Braga pelos rumos mais extraordinários, sem que este aparentemente a controle. Controla, apesar de tudo. Em suma, cronista, contista, poeta, está-se vendo que o que ele é verdadeiramente é um dos nossos mais altos escritores. Um Machado de Assis tendo a mais a poesia, a dolência e a pura comoção humana que são dons peculiares ao Braga.

(ANDRADE, Carlos Drummond de. In: **Amor nenhum dispensa uma gota de ácido**. Hélio de Seixas Guimarães (org.). São Paulo: Três Estrelas, 2019)

8. O autor do texto dirige-se explicitamente a seu leitor no seguinte trecho:

- (A) *são contos com preguiça de se tornarem contos.*
- (B) *Portanto, e sem vacilação, lede o Um pé de milho.*
- (C) *pois a composição é atravessada por uma corrente de surrealismo.*
- (D) *se furta à maçada de escrever contos.*
- (E) *Grande poeta é o que ele é, e grande contista.*

9. Retoma uma expressão mencionada anteriormente no texto o termo sublinhado em:

- (A) *que se comparem a “Passeio à infância”.*
- (B) *Um Machado de Assis tendo a mais a poesia.*
- (C) *sem que este aparentemente a controle.*
- (D) *pois a composição é atravessada por uma corrente de surrealismo.*
- (E) *Um pé de milho é para mim a melhor coisa desta semana.*



10. Transpondo-se a frase “*Acontece em toda parte, mas no Rio tem um jeito especial de acontecer que me emociona mais*” para o discurso indireto, o resultado será: Disse que
- (A) acontecia em toda parte, mas que no Rio teria havido um jeito especial de acontecer que tinha lhe emocionado mais.
(B) acontece em toda parte, mas que no Rio teve um jeito especial de acontecer que o emocionou mais.
(C) aconteceu em toda parte, mas que no Rio teve um jeito especial de acontecer que o emocionara mais.
(D) aconteceria em toda parte, mas que no Rio teria um jeito especial de acontecer que lhe emocionara mais.
(E) acontecia em toda parte, mas que no Rio tinha um jeito especial de acontecer que o emocionava mais.
-
11. O autor questiona a si mesmo no seguinte trecho:
- (A) *Mas por que disse “cronista”?*
(B) *por uma imposição do temperamento, se furta à maçada de escrever contos.*
(C) *está-se vendo que o que ele é verdadeiramente é um dos nossos mais altos escritores.*
(D) *Não sei de muitos poemas, em nossa lira de hoje, que se comparem a “Passeio à infância”*
(E) *Controla, apesar de tudo.*
-

Atenção: Para responder às questões de números 12 a 14, leia o poema de Paulo Leminski.

<i>Bem no fundo No fundo, no fundo, bem lá no fundo, a gente gostaria de ver nossos problemas resolvidos por decreto</i>	<i>extinto por lei todo o remorso, maldito seja quem olhar pra trás, lá pra trás não há nada, e nada mais</i>
<i>a partir desta data, aquela mágoa sem remédio é considerada nula e sobre ela — silêncio perpétuo</i>	<i>mas problemas não se resolvem, problemas têm família grande, e aos domingos saem todos a passear o problema, sua senhora e outros pequenos probleminhas.</i>

(LEMINSKI, Paulo. **Toda poesia**, 2013)

12. Na primeira estrofe, a palavra “bem” está empregada com sentido equivalente daquela sublinhada na frase:
- (A) A prova foi bem difícil
(B) Não me sinto bem hoje.
(C) Ele emprega bem o tempo.
(D) Penso que você agiu bem.
(E) Só quero o seu bem.
-

13. *a gente gostaria / de ver nossos problemas / resolvidos por decreto*

O verbo sublinhado acima expressa, no contexto, uma

- (A) desconfiança.
(B) hesitação.
(C) aspiração.
(D) condição.
(E) ressalva.
-
14. O autor recorre à personificação no seguinte verso:
- (A) *maldito seja quem olhar para trás*
(B) *de ver nossos problemas*
(C) *lá pra trás não há nada*
(D) *saem todos a passear*
(E) *aquela mágoa sem remédio*
-

Matemática e Raciocínio-Lógico

15. Raquel começou a escrever em seu caderno os números inteiros e positivos, 1, 2, 3, ..., e parou quando escreveu o milésimo algarismo. Os três últimos algarismos que Raquel escreveu foram:
- (A) 3, 6, 8.
(B) 3, 7, 1.
(C) 7, 0, 3.
(D) 9, 3, 7.
(E) 6, 9, 3.
-



16. João e Gilberto são muito amigos. Quando Gilberto pediu um empréstimo sem juros a João, este concordou e deu-lhe 25% do que tinha na poupança. Gilberto já pagou 80% do valor emprestado e ainda faltam R\$ 100,00. Antes de emprestar o dinheiro a Gilberto, o saldo da poupança de João, em reais, era
- (A) 2.000,00.
(B) 500,00.
(C) 3.000,00.
(D) 3.500,00.
(E) 5.000,00.
-
17. Aldo, Bernardo e Cristiano são corretores de imóveis e combinaram de dividir a comissão de uma venda da seguinte maneira: metade da comissão cabe a Aldo e a outra metade será dividida em partes iguais entre Bernardo e Cristiano. A comissão total da venda será de 4% sobre o valor do imóvel, que é de R\$ 810.000,00. A comissão de Bernardo será, em reais, de
- (A) 12.000,00.
(B) 8.100,00.
(C) 3.000,00.
(D) 7.500,00.
(E) 1.000,00.
-
18. Em relação às frações $\frac{7}{15}$, $\frac{8}{21}$, $\frac{2}{5}$ tem-se que
- (A) $\frac{7}{15} < \frac{2}{5} < \frac{8}{21}$.
(B) $\frac{2}{5} < \frac{7}{15} < \frac{8}{21}$.
(C) $\frac{8}{21} < \frac{7}{15} < \frac{2}{5}$.
(D) $\frac{2}{5} < \frac{8}{21} < \frac{7}{15}$.
(E) $\frac{8}{21} < \frac{2}{5} < \frac{7}{15}$.
-
19. Uma camiseta autografada foi comprada por um e apenas um torcedor de um grupo de cinco amigos: Alberto, Breno, Carlos, Davi e Ernesto. Perguntados sobre quem comprou a camiseta, cada um deles respondeu:
- Alberto: *Eu não comprei.*
Breno: *Quem comprou foi o Carlos.*
Carlos: *Foi Ernesto quem comprou.*
Davi: *Alberto disse a verdade.*
Ernesto: *Breno mentiu.*
- Sabendo-se que apenas um dos amigos mentiu e que todos os outros disseram a verdade, o dono da camiseta é
- (A) Breno.
(B) Ernesto.
(C) Alberto.
(D) Davi.
(E) Carlos.
-
20. Um aplicativo de entrega de comida apresenta apenas três opções de gorjeta aos clientes: R\$ 5,00, R\$ 1,00 ou não dar gorjeta. Amarildo concluiu 20 entregas em um determinado dia de trabalho em que recebeu um total de R\$ 68,00 em gorjetas. Sabendo que em apenas 4 dessas entregas não recebeu gorjeta, o número de entregas em que recebeu R\$ 1,00 de gorjeta, nesse dia, foi
- (A) 6.
(B) 7.
(C) 4.
(D) 3.
(E) 5.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito do Trabalho**

21. Ermelinda trabalha na empresa C.A.S.A. Construções Ltda., que tem os mesmos sócios das empresas Bom Gosto Distribuidora de Alimentos Ltda. e Autoposto Roda Bem Ltda. Ermelinda foi dispensada e não recebeu suas verbas rescisórias. Nesse caso,
- (A) a mera identidade de sócios não caracteriza grupo econômico, sendo necessário, para a sua configuração, que Ermelinda tenha trabalhado em favor de todas as empresas.
 - (B) apesar de estar configurado o grupo econômico, tendo em vista que todos os requisitos legais estão presentes, a responsabilidade solidária dos seus integrantes não abrange as verbas rescisórias, que somente podem ser cobradas do efetivo empregador.
 - (C) considerando que, em razão da identidade de sócios, existe grupo econômico, todas as empresas são responsáveis solidárias pelo pagamento das verbas rescisórias de Ermelinda.
 - (D) considerando que, em razão da identidade de sócios, existe grupo econômico, todas as empresas são responsáveis subsidiárias pelo pagamento das verbas rescisórias de Ermelinda.
 - (E) a mera identidade de sócios não caracteriza grupo econômico, sendo necessária, para a configuração do mesmo, a demonstração do interesse integrado, a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas dele integrantes.
-
22. Adrian, empregado bancário, trabalha como escriturário em agência situada na cidade de Cascavel. O contrato escrito, celebrado entre empregado e empregador, contém cláusula que prevê a possibilidade de transferência do empregado para qualquer agência do território nacional. O empregado recebeu ordem escrita de transferência, devendo apresentar-se na agência da cidade de Paranaguá, para prestar os mesmos serviços, por um período de seis meses, sendo que no documento não há qualquer menção da necessidade que levou o empregador a alterar o local de trabalho. Considerando as disposições legais, Adrian
- (A) não está obrigado a aceitar a transferência pois, sendo a mesma provisória, a ordem de transferência deveria indicar o valor do adicional de transferência que o empregador pretende pagar.
 - (B) está obrigado a aceitar a transferência porque trata-se de transferência provisória, com duração inferior a um ano, não sendo exigível a comprovação de real necessidade de serviço e nem de pagamento de adicional de transferência.
 - (C) está obrigado a aceitar a transferência, tendo em vista que há cláusula expressa em seu contrato de trabalho prevendo tal possibilidade.
 - (D) está obrigado a aceitar a transferência porque a mesma se dará entre cidades do mesmo Estado.
 - (E) não está obrigado a aceitar a transferência porque, mesmo havendo cláusula expressa em seu contrato de trabalho prevendo a sua possibilidade, é necessário que esta decorra de real necessidade de serviço.
-
23. Luna foi contratada como empregada pela empresa Festa Festou Eventos Ltda., para prestação de serviços não contínuos, definida em períodos de dias com trabalho e períodos de inatividade. Considerando as peculiaridades dessa modalidade de contratação,
- (A) sendo convocada para a prestação de serviços, Luna não pode recusar, sob pena de restar descaracterizada a subordinação típica da relação de emprego.
 - (B) Luna somente terá direito a férias se, no período de doze meses, prestar serviços por, pelo menos, oito meses ao empregador, contínuos ou não.
 - (C) os períodos de inatividade, nos quais não há trabalho a ser executado, não são considerados tempo à disposição da empregadora, podendo Luna prestar serviços a outros contratantes.
 - (D) durante os períodos de inatividade, embora não haja trabalho a ser executado, Luna pode ser chamada a qualquer momento para o trabalho pela empregadora, razão pela qual tem direito ao recebimento, para esses períodos, de parcela indenizatória equivalente a 20% da remuneração pactuada.
 - (E) a empregadora pode convocar Luna para o trabalho, por qualquer meio de comunicação eficaz, informando qual será a jornada de trabalho, com pelo menos quarenta e oito horas de antecedência.
-
24. Em 15/06/2022 (4ª feira), o empregador comunicou Felícia que suas férias seriam fracionadas em três períodos de dez dias cada, sendo que o primeiro período iniciaria em 01/07/2022 (6ª feira). De acordo com as regras legais sobre férias,
- (A) em caso de fracionamento das férias em três períodos, a concessão de cada período não pode ultrapassar o prazo de 90 dias após a concessão do período anterior.
 - (B) no caso de Felícia o gozo não pode iniciar em 01/07/2022, pois é vedado o início das férias no período de dois dias que antecede dia de repouso semanal remunerado.
 - (C) estas somente podem ser fracionadas em três períodos desde que haja concordância do empregado, sendo que a este cabe definir a duração de cada um dos períodos.
 - (D) as mesmas são concedidas por ato do empregador, devendo sua concessão ser participada ao empregado, ainda que verbalmente, com antecedência de 30 dias.
 - (E) mesmo havendo concordância do empregado com o fracionamento das férias em três períodos, um deles não pode ser inferior a 20 dias.



25. Em relação ao regramento legal que cuida do intervalo intrajornada para repouso e alimentação, considere:
- I. Os intervalos para repouso e alimentação serão computados na jornada de trabalho.
 - II. O limite mínimo de 1 hora para repouso e alimentação poderá ser reduzido por negociação entre empregado e empregador, desde que formalizado em acordo escrito.
 - III. Para as jornadas de até 6 horas, o intervalo para repouso e alimentação será de 15 minutos.
 - IV. A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% sobre o valor da hora normal de trabalho.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
 - (B) II.
 - (C) IV.
 - (D) I e II.
 - (E) III e IV.
-
26. A empresa Metalúrgica Metall S/A está sofrendo os efeitos da crise econômica, com oscilação no volume de produção e, em razão disso, pretende instituir regime de compensação de jornada na modalidade de banco de horas. O regime de compensação que a empresa pretende adotar será válido
- (A) se pactuado por acordo individual escrito, para a compensação no período máximo de seis meses.
 - (B) se no acordo de banco de horas houver previsão de que, na hipótese de rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada de trabalho, as horas extras serão pagas com adicional de 100% sobre o valor da hora normal.
 - (C) somente se for estabelecido por meio de negociação coletiva.
 - (D) se estabelecido por acordo individual, tácito ou escrito, para a compensação no prazo de três meses.
 - (E) se pactuado por acordo individual escrito, por acordo coletivo ou por convenção coletiva de trabalho, para a compensação no período máximo de um ano.
-
27. Em razão de desentendimentos decorrentes de ordens com as quais não concordou, Ticiano ficou bastante alterado e passou a proferir diversas agressões verbais ao dono da empresa, que é seu chefe, agredindo a honra e a boa fama do mesmo. Este revidou, proferindo um soco em Ticiano, que lhe causou ferimentos. Em razão da situação, o empregador decide dispensar Ticiano. Com a rescisão do contrato de trabalho o empregador deve pagar a Ticiano
- (A) saldo de salários, férias vencidas, férias proporcionais, 13º salário proporcional, aviso prévio e indenização pela dispensa.
 - (B) saldo de salários, férias vencidas, 50% das férias proporcionais, 50% do 13º salário proporcional e 50% do aviso prévio, não sendo devida indenização pela dispensa em razão da justa causa praticada.
 - (C) saldo de salários e férias vencidas, tendo em vista a justa causa praticada.
 - (D) saldo de salários, férias vencidas, 50% das férias proporcionais, 50% do 13º salário proporcional, 50% do aviso prévio e 50% da indenização que seria devida em caso de culpa exclusiva do empregador.
 - (E) saldo de salários, férias vencidas, 50% das férias proporcionais, 50% do 13º salário proporcional e 50% da indenização que seria devida em caso de culpa exclusiva do empregador, não havendo que se falar em aviso prévio.
-
28. Mirtes, em contrato de experiência firmado com a Confecção Elegance Ltda., acidentou-se nas dependências da empresa, escorregando no piso que estava molhado e sofrendo uma luxação no tornozelo direito. Ao término do contrato de experiência a empresa informou a Mirtes que a relação entre as partes estava encerrada, pagando-lhe as verbas rescisórias correspondentes. Com base em jurisprudência sumulada que cuida do tema,
- (A) a estabilidade por acidente do trabalho não pode ser reconhecida nos contratos de experiência, tendo em vista que o seu prazo máximo de 90 dias é incompatível com o prazo da estabilidade assegurada ao empregado acidentado, que é de 12 meses.
 - (B) a estabilidade por acidente do trabalho não pode ser reconhecida nos contratos de experiência, tendo em vista que para esta modalidade contratual inexistente o requisito da continuidade da relação de emprego.
 - (C) o contrato, ainda que por experiência, não poderia ser encerrado porque Mirtes sofreu acidente do trabalho, o que lhe garante, pela simples ocorrência do acidente, o direito à estabilidade no emprego.
 - (D) ainda que o empregado submetido a contrato por prazo determinado goze de garantia de emprego decorrente de acidente do trabalho, o direito à estabilidade somente seria reconhecido se Mirtes tivesse ficado afastada por mais de 15 dias, com a consequente percepção do auxílio-doença acidentário.
 - (E) ainda que o empregado submetido a contrato por prazo determinado goze de garantia de emprego decorrente de acidente do trabalho, o direito de Mirtes à estabilidade somente seria reconhecido se, do acidente sofrido, tivesse decorrido doença profissional.



29. Dante foi contratado pela More Bem Incorporações Ltda. como analista financeiro, sem obrigatoriedade de exercer as funções nas dependências da empresa, e com utilização de tecnologias de informação e de comunicação na execução de seu trabalho. Considerando as condições de trabalho pactuadas pelas partes,
- (A) pode haver a alteração do regime de teletrabalho para o presencial por determinação da empregadora, garantido o prazo de transição mínimo de trinta dias, com correspondente registro em aditivo contratual.
 - (B) a empregadora deverá instruir Dante, de maneira expressa e ostensiva, quanto às precauções a tomar a fim de evitar doenças e acidentes de trabalho, devendo Dante assinar termo de responsabilidade assumindo o compromisso de seguir as instruções fornecidas pela empregadora.
 - (C) Dante deve suportar os custos pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto.
 - (D) a empregadora deve reembolsar todas as despesas arcadas por Dante para a adequada prestação dos serviços.
 - (E) a empregadora não pode convocar Dante para reuniões ou outras atividades presenciais, sob pena de ser descaracterizado o regime de teletrabalho.
-
30. A empresa Matte Indústria de Bebidas Ltda. passou a adotar uma política de remuneração diferente, com pagamento de gratificação por tempo de serviço (biênios) e de prêmios por produtividade, e a concessão dos seguintes benefícios: auxílio-alimentação pago em dinheiro, seguro de vida e de acidentes pessoais, assistência médica e pagamento de mensalidade de academia de ginástica. São considerados salário, constituindo base de incidência de encargos trabalhistas e previdenciários:
- (A) auxílio-alimentação pago em dinheiro e mensalidade de academia de ginástica.
 - (B) gratificação por tempo de serviço (biênios) e auxílio-alimentação pago em dinheiro.
 - (C) somente a mensalidade de academia de ginástica.
 - (D) gratificação por tempo de serviço (biênios) e prêmios de produtividade.
 - (E) prêmios de produtividade, auxílio-alimentação pago em dinheiro e mensalidade de academia de ginástica.
-
31. Augusta trabalhou na empresa BTI Informática Ltda., na sede de Curitiba, como analista de sistemas sênior, de 20/01/2010 a 31/05/2022. Olívia trabalha na mesma empresa desde 15/05/2000, mas na filial de Colombo, que fica na região metropolitana de Curitiba, tendo sido promovida a analista de sistemas sênior em 12/11/2021, com salário superior em 20% do salário recebido por Augusta. A produtividade e a perfeição técnica de ambas as empregadas são as mesmas. Em decorrência desta situação, conforme prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, Augusta
- (A) não tem direito às diferenças salariais decorrentes da equiparação salarial com Olívia, tendo em vista que, embora exerçam as mesmas funções, não trabalham no mesmo estabelecimento e Olívia foi promovida, enquanto Augusta é analista de sistemas sênior desde que foi contratada.
 - (B) não deve receber as diferenças salariais decorrentes da equiparação salarial com Olívia, tendo em vista que, embora exerçam as mesmas funções e a diferença de tempo na função não seja superior a dois anos, não trabalham no mesmo estabelecimento e o tempo de serviço de Olívia para o empregador é superior a quatro anos.
 - (C) tem direito às diferenças salariais decorrentes da equiparação salarial com Olívia, pois exercem as mesmas funções, em estabelecimentos que ficam na mesma região metropolitana.
 - (D) faz jus às diferenças salariais decorrentes da equiparação salarial com Olívia, pois exercem as mesmas funções, sendo este o único requisito necessário para que se reconheça o direito.
 - (E) é credora das diferenças salariais decorrentes da equiparação salarial com Olívia, pois preenchidos todos os requisitos legais exigidos para o reconhecimento do direito.
-

Noções de Direito Processual do Trabalho

32. Sobre recurso de revista, considere:
- I. Admitido apenas parcialmente o recurso de revista, constitui ônus da parte impugnar, mediante agravo de instrumento, o capítulo denegatório da decisão, sob pena de preclusão.
 - II. Se houver omissão no juízo de admissibilidade do recurso de revista quanto a um ou mais temas, é ônus da parte interpor agravo de instrumento para a instância superior supri-la, sob pena de preclusão.
 - III. O recurso de revista fundado na negativa da prestação jurisdicional deve indicar o trecho dos embargos declaratórios em que foi requerido o pronunciamento do tribunal sobre a questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos, sob pena de não conhecimento.
 - IV. O recurso de revista será interposto perante o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho que, por decisão fundamentada, poderá recebê-lo no efeito devolutivo ou suspensivo.
 - V. Caberá recurso de revista das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, apenas quando fundamentado em ofensa direta à Constituição Federal de 1988.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, III e V.
- (B) II, IV e V.
- (C) IV.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I e II.



33. Sobre o processo de jurisdição voluntária para homologação de acordo extrajudicial, perante a Justiça do Trabalho,
- (A) a petição inicial suspende o prazo prescricional da ação quanto aos direitos decorrentes da relação de trabalho.
 - (B) as partes podem ser representadas por advogado comum, desde que pertencente ao sindicato da categoria profissional.
 - (C) o mesmo terá início por petição distribuída pelo reclamante interessado, com a notificação da parte contrária para comparecer à audiência de conciliação.
 - (D) as partes podem pactuar a dilatação do prazo de 10 dias contados do término do contrato para o pagamento dos valores rescisórios mediante esse procedimento.
 - (E) o referido acordo firmado pelas partes não afasta a aplicação da multa a favor do empregado, em valor equivalente ao seu salário, devida pela inobservância do prazo de 10 dias contados do término do contrato para o pagamento dos valores rescisórios.
-
34. Antes de ingressar na sala de audiência, o preposto da Empresa reclamada avisa seu advogado que a testemunha trazida pelo autor trabalhou na empresa por 4 anos; frequentava a casa do autor; tendo sido, inclusive, padrinho de batismo do filho do reclamante. Diante de tais fatos, o advogado da empresa reclamada poderá
- (A) requerer, após sua qualificação e compromisso, que a testemunha seja ouvida como informante.
 - (B) requerer o adiamento da audiência para provar o impedimento da testemunha.
 - (C) contraditar a testemunha por ser amigo íntimo do autor, após sua qualificação, mas antes de prestar o compromisso legal.
 - (D) requerer a imediata prisão da testemunha pela prática de crime de falso testemunho.
 - (E) aguardar o depoimento da testemunha para, ao final, arguir seu impedimento.
-
35. Quanto ao Ministério Público do Trabalho:
- (A) Os Procuradores do Trabalho serão designados para funcionar junto aos Tribunais Regionais do Trabalho e, na forma das leis processuais, nos litígios trabalhistas que envolvam, especialmente, interesses de menores e incapazes.
 - (B) Dentre outras atribuições junto aos órgãos da Justiça do Trabalho, compete promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para defesa de interesses individuais e coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos.
 - (C) É constituído por agentes diretos do Poder Judiciário, tendo por função zelar pela exata observância da Constituição Federal de 1988, das leis e demais atos emanados dos poderes públicos, na esfera de suas atribuições.
 - (D) A carreira será constituída pelos cargos de Subprocurador-Geral do Trabalho, Procurador Regional do Trabalho e Promotor do Trabalho.
 - (E) A Corregedoria, dirigida pelo Procurador-Geral do trabalho, é o órgão fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público.
-
36. Quanto aos atos, termos e prazos processuais:
- (A) Os prazos processuais podem ser prorrogados e a ordem de produção de provas pode ser alterada mediante simples acordo realizado entre as partes, desde que as novas regras sejam comunicadas ao juízo com antecedência.
 - (B) Durante a suspensão dos prazos processuais, não se realizarão audiências nem sessões de julgamento.
 - (C) Os atos processuais serão públicos salvo quando o contrário determinar o interesse social, e realizar-se-ão nos dias úteis das 8 às 18 horas.
 - (D) Interrompe-se o curso dos prazos processuais nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive.
 - (E) Os prazos processuais serão contados em dias úteis, com inclusão do dia do começo e exclusão do dia do vencimento.
-
37. Sobre o pagamento de custas processuais, considere:
- I. Apenas os beneficiários da Justiça Gratuita são isentos do pagamento de custas processuais.
 - II. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias e fundações públicas federais, estaduais ou municipais que explorem ou não atividade econômica são isentos do pagamento de custas processuais.
 - III. A Ordem dos Advogados do Brasil e o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia são isentos do pagamento de custas processuais.
 - IV. Os beneficiários da justiça gratuita e o Ministério Público do Trabalho são isentos das custas processuais.
 - V. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações que não explorem atividade econômica são isentos do pagamento de custas processuais.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) IV e V.
- (B) III e V.
- (C) I.
- (D) II e IV.
- (E) III.



38. O depósito recursal:

- (A) deve ser feito e comprovado no prazo alusivo ao recurso sendo que a interposição antecipada deste prejudica a dilação legal.
- (B) no agravo de instrumento corresponde a 50% do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar e não pode ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial.
- (C) será reduzido pela metade para as entidades filantrópicas e as empresas em recuperação judicial.
- (D) havendo condenação solidária de duas ou mais empresas, efetuado por uma delas aproveita as demais, quando a empresa que efetuou o depósito não pleiteia sua exclusão da lide.
- (E) das entidades sem fins lucrativos, dos beneficiários da justiça gratuita e dos empregadores domésticos, é isento.

39. Quanto ao Processo Judicial Eletrônico,

- (A) a suspensão dos prazos processuais não impedirá o encaminhamento de petições e a movimentação processual, podendo a apreciação dos pedidos decorrentes desses prazos ocorrer, a critério do juiz, após o término do prazo de suspensão, ressalvados os casos de urgência.
- (B) serão considerados, para fins de tempestividade, o horário inicial de conexão do usuário à internet, o horário de acesso do usuário ao sítio eletrônico do Tribunal ou ao PJe e os horários registrados pelos equipamentos do remetente.
- (C) as manutenções programadas do sistema PJe serão sempre informadas com antecedência de 24 horas e somente serão realizadas aos finais de semana, entre 0h de sábado e 22h de domingo, ou entre 0h e 6h dos demais dias da semana.
- (D) para acesso ao sistema e assinatura de documentos e arquivos é obrigatória a utilização de certificado digital ou usuário (login) e senha.
- (E) os documentos produzidos eletronicamente e os documentos digitalizados e juntados aos autos pelos órgãos do Poder Judiciário e seus auxiliares, pelos membros do Ministério Público, pelas procuradorias e por advogados públicos e privados terão a mesma força probante dos originais, desde que haja manifestação expressa da parte interessada neste sentido.

40. Sobre o procedimento sumaríssimo, considere:

- I. As demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional estão excluídas do procedimento sumaríssimo, salvo quando o objeto da ação for relativo à existência ou não de vínculo empregatício.
- II. Os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário-mínimo vigente na data da prolação da sentença da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.
- III. Nas reclamações enquadradas no procedimento sumaríssimo, o pedido deverá ser certo ou determinado e indicará o valor correspondente; não se fará citação por edital, incumbindo ao autor a correta indicação do nome e endereço do reclamado; e, a apreciação da reclamação deverá ocorrer no prazo máximo de quarenta e cinco dias do seu ajuizamento, podendo constar de pauta especial, se necessário, de acordo com o movimento judiciário da Vara do Trabalho.
- IV. O juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, considerado o ônus probatório de cada litigante, podendo limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias, bem como para apreciá-las e dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.
- V. Aberta a sessão, o juiz esclarecerá as partes presentes sobre as vantagens da conciliação e usará os meios adequados de persuasão para a solução conciliatória do litígio, já que após a produção probatória, estará precluso o direito à conciliação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e V.
- (C) IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) III e V.

41. Iniciada a execução definitiva da sentença proferida na reclamação trabalhista, foi concedido prazo para as partes apresentarem cálculos de liquidação. Ante à divergência dos valores apresentados, o juiz nomeou um perito contábil para a elaboração dos cálculos de liquidação. Ofertado o laudo pericial, foi concedido prazo para manifestação, tendo o exequente e a executada impugnado os valores apurados pelo *expert*. Após os esclarecimentos do perito judicial sem retificações e nova impugnação das partes, o laudo pericial foi homologado por sentença e a executada intimada para o pagamento.

Diante da situação fática, é possível à executada e ao exequente apresentar, respectivamente:

- (A) Embargos à execução, contados da garantia da execução ou da penhora de bens, e sua correspondente impugnação no prazo de 05 dias.
- (B) Embargos à execução e agravo de petição, ambos no prazo de 08 dias contados da intimação da decisão homologatória.
- (C) Recurso ordinário, no prazo de 08 dias, contados da intimação da decisão homologatória.
- (D) Agravo de petição e impugnação à sentença de liquidação, ambos no prazo de 05 dias, contados da garantia da execução ou da penhora de bens.
- (E) Impugnação à sentença de liquidação e agravo de petição, ambos no prazo de 05 dias contados da intimação da decisão homologatória.



42. Quanto ao seguro garantia judicial e fiança bancária em substituição a depósito recursal e para garantia da execução trabalhista,
- (A) o valor do seguro garantia judicial para a execução trabalhista deverá ser igual ao montante original do pedido reclamado com os encargos e os acréscimos legais, inclusive honorários advocatícios, assistenciais e periciais, devidamente atualizados pelos índices legais aplicáveis aos débitos trabalhistas, acrescido de, no mínimo, 35%.
 - (B) o seguro garantia judicial para ser aceito deve ser prestado por seguradora idônea e devidamente autorizada a funcionar no Brasil, cabendo ao juízo, quando receber a apólice do seguro garantia, conferir a sua validade mediante cotejo com o registro constante do sítio eletrônico da SUSEP.
 - (C) o contrato de seguro garantia que contiver cláusula de desobrigação decorrente de atos de responsabilidade exclusiva do tomador, da seguradora ou de ambos, ou ainda, cláusula que permita sua rescisão, só poderá ser utilizado para a substituição de depósito recursal.
 - (D) é permitida a utilização da mesma apólice de seguro para garantia de mais de um processo judicial, desde que a parte indique os números e as varas de tramitação dos respectivos processos, além do andamento processual atualizado.
 - (E) a apólice do seguro garantia judicial apresentada para a execução trabalhista perderá sua validade a partir do pedido de renovação da empresa tomadora.

Noções de Direito Constitucional

Atenção: Para responder às questões de números 43 a 51, considere a Constituição Federal de 1988.

43. Tito é brasileiro nato e mora no Brasil. Porém, em virtude de seu trabalho, mudará para o país "X", onde residirá. Ocorre que, referido país "X" impõe, por meio de suas normas, como condição para permanência em seu território, a naturalização de Tito – o que será feito por ele. Nesse caso, Tito
- (A) terá declarada a perda da sua nacionalidade brasileira, se permanecer no país estrangeiro por mais de um ano contínuo.
 - (B) não perderá a sua nacionalidade brasileira.
 - (C) não perderá a sua nacionalidade brasileira, apenas se voltar a residir no Brasil e optar, dentro do prazo de um ano, pela nacionalidade brasileira.
 - (D) terá declarada a perda da sua nacionalidade brasileira, assim que adquirir a outra nacionalidade.
 - (E) ficará com a nacionalidade brasileira suspensa até que deixe de trabalhar no local.
44. O avô de Alba, Francisco, é brasileiro nato, tem 61 anos e é contador, enquanto o avô de Cláudia, Alex, também brasileiro nato, tem 75 anos de idade e é professor aposentado. Alba e Cláudia são vizinhas, brasileiras natas e possuem a mesma idade de 21 anos, sendo que Alba é analfabeta e Cláudia está concluindo a sua segunda universidade. Nesse caso hipotético, considerando apenas os dados fornecidos, o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para
- (A) Alba e Cláudia, e facultativos para Francisco e Alex.
 - (B) Francisco e Cláudia, e facultativos para Alex e Alba.
 - (C) Cláudia e facultativos para Francisco, Alex e Alba.
 - (D) Cláudia; facultativos para Francisco e para Alex; e Alba é inalistável.
 - (E) Francisco, Alba e Cláudia e facultativos para Alex.
45. João, cidadão brasileiro, encontra-se em pleno gozo de seus direitos políticos. Porém, sua irmã Maria, brasileira, não é eleitora e, não estando em pleno gozo dos direitos políticos, não é considerada cidadã. Nessas condições, baseando-se apenas nas informações fornecidas, com relação à propositura de ação popular que vise anular ato lesivo ao meio ambiente,
- (A) ambos possuem legitimidade para propô-la, devendo arcar com as custas judiciais e com o ônus da sucumbência, salvo se comprovada a insuficiência de recursos.
 - (B) nenhum deles possui legitimidade para propô-la, uma vez que esta é reservada apenas aos partidos políticos com representação no Congresso Nacional e à organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída há um ano.
 - (C) ambos possuem legitimidade para propô-la, ficando, salvo comprovada a má-fé, isentos de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
 - (D) apenas João possui legitimidade para propô-la, ficando, salvo comprovada a má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
 - (E) apenas João possui legitimidade para propô-la, devendo arcar com as custas judiciais e com o ônus da sucumbência, salvo se comprovada a insuficiência de recursos.



46. Jerônimo, juiz do trabalho de primeiro grau, foi promovido para o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, por merecimento. A próxima promoção de juiz do trabalho de primeiro grau para o mesmo Tribunal Regional acontecerá por
- (A) merecimento, sendo nomeado pelo Presidente da República.
 - (B) antiguidade ou merecimento, critério que será determinado pelo Presidente da República.
 - (C) merecimento, devendo ser ele brasileiro e possuir mais de 30 e menos de 70 anos de idade.
 - (D) antiguidade, devendo ser ele brasileiro e possuir mais de 30 e menos de 70 anos de idade.
 - (E) antiguidade, sendo nomeado pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.
-
47. A propositura da ação direta de inconstitucionalidade de lei estadual pela Mesa do Congresso Nacional
- (A) é possível e será apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, sem a necessidade de oitiva do Procurador-Geral da República.
 - (B) não é possível, por se tratar de lei estadual.
 - (C) é possível e a ação será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, sendo que o Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido.
 - (D) é possível e a ação será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, sendo que o Advogado-Geral da União será citado para defender a lei impugnada.
 - (E) não é possível, por faltar-lhe legitimidade.
-
48. Considere:
- I. Direito Urbanístico.
 - II. Direito Civil.
 - III. Direito do Trabalho.
 - IV. Direito Tributário.
- A competência para legislar sobre os ramos do Direito acima enumerados é privativa da União
- (A) nos itens II e III; e da União, dos Estados e do Distrito Federal concorrentemente nos itens I e IV.
 - (B) no item II; e comum da União, dos Estados e do Distrito Federal nos itens I, III e IV.
 - (C) no item III; e da União, dos Estados e do Distrito Federal concorrentemente nos itens I, II e IV.
 - (D) no item IV; e comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios nos itens I, II e III.
 - (E) nos itens II, III e IV; e da União, dos Estados e do Distrito Federal concorrentemente no item I.
-
49. Suponha-se que seja feita uma proposta de Emenda à Constituição Federal, pelo Presidente da República, a fim de excluir a possibilidade de impetração de mandado de segurança individual, mantendo-o, apenas, na sua modalidade coletiva, na forma legalmente descrita. Com base apenas nas informações fornecidas, essa proposta de emenda constitucional
- (A) poderá ser objeto de deliberação e será considerada aprovada se obtiver em cada Casa do Congresso Nacional três quintos dos votos dos respectivos membros.
 - (B) poderá ser objeto de deliberação e será considerada aprovada se obtiver, no mínimo, um terço dos votos dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
 - (C) não será objeto de deliberação, pois não é possível a proposta de emenda tendente a abolir os direitos e garantias individuais.
 - (D) poderá ser objeto de deliberação, pois não visa abolir nenhum direito ou garantia individual, uma vez que mantida a forma coletiva do mandado de segurança.
 - (E) não será objeto de deliberação, pois a Constituição somente poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
-
50. Frederico, servidor público, foi condenado por sentença transitada em julgado pela prática de atos de improbidade administrativa que causaram prejuízo ao erário. Nesse caso, Frederico
- (A) será suspenso da função pública por ele exercida, haja ou não o ressarcimento ao erário do dano que causou com seus atos de improbidade, mas não terá suspensos os seus direitos políticos, nem os perderá.
 - (B) deverá ressarcir ao erário o prejuízo causado, não podendo perder ou ter suspensa a função pública que exerce por força de aprovação em concurso público, e terá suspensos seus direitos políticos.
 - (C) perderá seus direitos políticos, mas não será suspenso da função pública por ele exercida, nem a perderá, desde que haja o ressarcimento ao erário do dano causado pelos atos de improbidade que praticou.
 - (D) perderá seus direitos políticos e será suspenso da função pública que exerce, além de seus atos implicarem a indisponibilidade de bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
 - (E) terá suspensos seus direitos políticos e perderá a função pública, além de seus atos implicarem a indisponibilidade de bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.



51. Considere:

- I. Exercer, exclusivamente, sem auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da Administração federal.
- II. Vetar projetos de lei, total ou parcialmente.
- III. Celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Senado Federal.
- IV. Decretar e executar a intervenção federal.

Compete privativamente ao Presidente da República o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) II e IV.

Noções de Direito Administrativo

52. *Ausência de tutela ou de subordinação hierárquica, autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira, investidura a termo de seus dirigentes e estabilidade durante os mandatos.*

A descrição acima corresponde às características legais das

- (A) agências reguladoras.
- (B) empresas públicas.
- (C) fundações governamentais de direito privado.
- (D) agências executivas.
- (E) sociedades de economia mista.

53. Em visita a uma empresa, um Auditor-Fiscal do Trabalho verificou que havia indícios de fraudes relacionadas aos recolhimentos das contribuições obrigatórias a cargo do empregador, promovendo a apreensão dos livros e documentos necessários à apuração da situação e lavrando o auto de apreensão e guarda respectivo. A propósito de tal medida, trata-se

- (A) de aplicação de medida atípica, porém sustentada pela discricionariedade que caracteriza o poder regulamentar da Administração.
- (B) de exercício regular de medida de polícia de natureza autoexecutória, com finalidade de acautelar a apuração administrativa.
- (C) da aplicação irregular de sanção de polícia, pois deveria ter sido precedida de notificação da empresa, para exercício de defesa prévia.
- (D) de atuação abusiva do agente público, visto que tal apreensão deveria ter sido precedida por pedido de busca e apreensão dirigido à autoridade judicial.
- (E) de medida coercitiva regularmente aplicada, baseada nos princípios de aplicação do poder disciplinar da Administração.

54. A Lei nº 13.874/2019 – Lei de Liberdade Econômica – dispõe, em seu artigo 3º, inciso IV, que todas as pessoas, naturais ou jurídicas, têm direito de “receber tratamento isonômico de órgãos e de entidades da Administração Pública quanto ao exercício de atos de liberação da atividade econômica, hipótese em que o ato de liberação estará vinculado aos mesmos critérios de interpretação adotados em decisões administrativas análogas anteriores, observado o disposto em regulamento”. Tal disposição é considerada decorrência direta do princípio da

- (A) celeridade.
- (B) publicidade.
- (C) economicidade.
- (D) impessoalidade.
- (E) eficiência.



55. A propósito das formalidades relativas ao processo administrativo, a Lei nº 9.784/1999 estatui que
- (A) nos processos acusatórios, a defesa técnica por advogado é obrigatória.
 - (B) a intimação realizada sem observância das prescrições legais deve ser refeita, ainda que haja comparecimento espontâneo do administrado.
 - (C) a autenticação de documentos exigidos em cópia poderá ser feita pelo próprio órgão administrativo.
 - (D) os atos do processo devem realizar-se exclusivamente na sede do órgão administrativo que o conduz.
 - (E) o reconhecimento de firma deve ser sempre exigido, salvo se houver dispensa legal.
-
56. Para que se aplique a responsabilidade por conduta ímproba, nos termos da Lei nº 8.429/1992, é imprescindível que
- (A) haja vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado na lei.
 - (B) não haja transcorrido o prazo prescricional de 5 anos, contados a partir da data do fato.
 - (C) a conduta esteja tipificada na lei penal.
 - (D) a conduta seja praticada com dolo ou culpa grave.
 - (E) o agente seja servidor público no exercício de seu cargo ou função.
-
57. A propósito do regime disciplinar dos servidores públicos, a Lei nº 8.112/1990 dispõe que:
- (A) extinta a punibilidade pela prescrição, serão cancelados todos os registros nos assentamentos individuais do servidor.
 - (B) é possível o afastamento cautelar do servidor, para garantia da apuração, por prazo improrrogável de 60 dias, durante o qual receberá 2/3 dos vencimentos.
 - (C) o servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.
 - (D) dentre as sanções disciplinares aplicáveis aos servidores públicos titulares de cargo efetivo que tenham alcançado a estabilidade está a aposentadoria compulsória com proventos proporcionais ao tempo de serviço.
 - (E) a sanção de “demissão a bem do serviço público” será aplicada quando a conduta infracional for capitulada também como crime.
-
58. Estevão Caprichoso foi convidado para assumir a posição de diretor estatutário em um banco estatal, constituído na forma de sociedade de economia mista federal e que independe de recursos do tesouro para pagamento de pessoal e para despesas de custeio em geral. A propósito do regime jurídico de tal posição, Estevão
- (A) deve firmar contrato de trabalho, regido pela CLT, como qualquer outro empregado da empresa, segundo jurisprudência consolidada.
 - (B) está submetido às normas da Lei nº 8.112/1990.
 - (C) deverá ser obrigatoriamente um empregado de carreira da empresa estatal.
 - (D) não estará submetido ao teto remuneratório previsto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal de 1988.
 - (E) deve ser brasileiro nato, para que possa tomar posse.
-
59. A modalidade licitatória pregão, instituída e regulamentada pela Lei nº 10.520/2002, tem como característica peculiar, em contraste com o regime da Lei nº 8.666/1993,
- (A) a obrigatoriedade de julgamento pelo critério técnica e preço.
 - (B) a ausência da fase de habilitação.
 - (C) a utilização para contratações relativas a bens, serviços ou obras consideradas, nos termos legais, de pequeno valor.
 - (D) a inversão das fases do procedimento, com a habilitação antecedendo a fase de julgamento.
 - (E) o regime sancionatório, que prevê penalidade específica consistente no impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública em todos os níveis federativos, pelo prazo de até 5 anos.
-
60. A lei brasileira contempla a responsabilidade estatal com base na chamada “teoria do risco integral”, que afasta as excludentes de responsabilidade, na hipótese de danos causados por
- (A) conduta médica inadequada em hospital público.
 - (B) acidente em instalação nuclear.
 - (C) detento evadido de estabelecimento prisional.
 - (D) enchente, em razão da falha na limpeza de galerias de escoamento pluvial.
 - (E) desabamento de obra pública.



PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado [...] Capítulo 10. [...] 10.3 Na **Prova Discursiva-Redação**, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos referido no presente Edital. 10.3.1 A **Prova Discursiva-Redação** tem o objetivo de avaliar a proficiência em Língua Portuguesa em sua modalidade escrita, considerando a capacidade de compreender e expor argumentos com clareza, concisão, precisão, coerência e objetividade a respeito do tema e com base nos textos de apoio propostos, avaliando inclusive a correção gramatical, segundo os critérios definidos nos itens 10.4 a 10.9. 10.4 Considerando que o texto constitui uma unidade, os itens discriminados a seguir serão avaliados em estreita correlação, do que não decorre proporcionalidade na atribuição dos pontos para cada um deles: 10.4.1 **Conteúdo – até 40 (quarenta) pontos:** a) perspectiva adotada no tratamento do tema; b) capacidade de análise e senso crítico em relação ao tema proposto; c) consistência dos argumentos, clareza e coerência no seu encadeamento. 10.4.1.1 A nota será prejudicada, proporcionalmente, caso ocorra abordagem tangencial, parcial ou diluída em meio a divagações e/ou colagem de textos e de questões apresentados na prova. 10.4.2 **Estrutura – até 30 (trinta) pontos:** a) respeito ao gênero solicitado; b) progressão textual e encadeamento de ideias; c) articulação de frases e parágrafos (coesão textual). 10.4.3 **Expressão – até 30 (trinta) pontos:** a) desempenho linguístico de acordo com o nível de conhecimento exigido; b) adequação do nível de linguagem adotado à produção proposta e coerência no uso; c) domínio da norma culta formal, com atenção aos seguintes itens: estrutura sintática de orações e períodos, elementos coesivos; concordância verbal e nominal; pontuação; regência verbal e nominal; emprego de pronomes; flexão verbal e nominal; uso de tempos e modos verbais; grafia e acentuação. 10.4.3.1 A avaliação da expressão não será feita de modo estanque ou mecânico, mas sim de acordo com sua estreita correlação com os demais critérios, considerando-se: a) desempenho linguístico de acordo com o nível de conhecimento exigido; adequação do nível de linguagem adotado à produção proposta e coerência no uso; b) domínio da norma culta formal, com atenção aos seguintes itens: estrutura sintática de orações e períodos, propriedade vocabular; concordância verbal e nominal; pontuação; regência verbal e nominal; emprego de pronomes; flexão verbal e nominal; uso de tempos e modos verbais; grafia e acentuação. [...] 10.9 A **Prova Discursiva-Redação** terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver **nota igual ou superior a 60 (sessenta) pontos**.

Podemos falar em “sociedade doente” não porque seria o caso de acreditar que estamos à procura de uma “sociedade saudável”, como se houvesse formas de vínculo social capazes de não produzir sofrimento. Falamos em “sociedade doente” porque seu funcionamento normal precisa da perpetuação daquilo que ela mesma considera “patológico”. Ela fortalece seus vínculos sociais, suas relações de poder, fazendo o que é “patológico” funcionar, fazendo-lhe produzir trabalho, valor, instituição social, afetos, vínculos.

Não há sociedade que nos permita viver sem sofrimento, muito menos essa da qual fazemos parte. Imaginar que, na sociedade que transforma todas as formas de ação em processo de valorização do valor, que faz até mesmo das redes de amizades novos espaços de produção de valor e de monetização, seria possível traçar vias singulares de atividade sem sofrimento, resistência e reação, eis algo que contraria até mesmo as leis da física.

(Adaptado de: SAFATLE, Vladimir. “Os dois tempos de uma análise”. Disponível em: <https://revista.cult.uol.com.br>)

Considerando as ideias expostas acima, elabore um texto dissertativo-argumentativo, discutindo a seguinte afirmação:

A normalidade própria ao nosso tempo é a doença

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	



15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

R A S C U N H O

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO